

b) No comandante da Esquadilha de Administração Financeira, tenente ADMAER 125835-E Ana Margarida Silva Ramos.

2 — O presente despacho produz efeitos desde o dia 8 de Outubro de 2008, ficando por este meio ratificados todos os actos praticados pela entidade subdelegada, que se incluam no âmbito da presente subdelegação de competências.

10 de Março de 2009. — O Comandante, *Nuno Manuel de Andrade Maia Gonçalves*, COR/PILAV.

## MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA

### Governo Civil do Distrito de Viseu

#### Despacho n.º 7870/2009

No uso das competências delegadas constantes no Despacho n.º 13731/2007, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 124, de 29 de Junho e após despacho de autorização, datado de 04 de Fevereiro de 2009, de SS. Ex.ª O Ministro da Administração Interna, para nomear mais um adjunto do Gabinete de Apoio Pessoal ao Governador Civil do Distrito de Viseu, a que antecedeu a respectiva cabimentação orçamental, nomeio, nos termos da Portaria n.º 948/2001, de 03 de Agosto, para Adjunto do meu Gabinete de Apoio Pessoal, Mónica Patrícia Pinto da Costa, licenciada em Matemática.

A nomeada fica autorizada a exercer as actividades a que se referem as alíneas a) e b) do n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 196/93, de 27 de Maio.

O presente despacho produz efeitos a partir da data do despacho. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas).

5 de Fevereiro de 2009. — O Governador Civil, *Acácio Santos da Fonseca Pinto*.

## MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

### Centro de Estudos Judiciários

#### Despacho n.º 7871/2009

Com a publicação da Portaria n.º 965/2008, de 29 de Agosto, foram criadas, para prossecução da missão e atribuições do Centro de Estudos Judiciários quatro unidades orgânicas nucleares, entre as quais o Departamento de Relações Internacionais.

Definidas as competências da referida unidade orgânica e atendendo à necessidade de assegurar o normal funcionamento dos serviços urge nomear, o respectivo Coordenador.

Assim, obtida a autorização do Conselho Superior do Ministério Público:

1 — Nomeio, em regime de comissão de serviço, Coordenador do Departamento de Relações Internacionais, ao abrigo dos n.ºs 2 e 3 do artigo 4.º dos Estatutos do Centro de Estudos Judiciários, aprovados pela Portaria n.º 965/2008, de 29 de Agosto, o Procurador da República, Licenciado Luís Manuel Cunha Silva Pereira.

2 — A presente nomeação produz efeitos à data do presente despacho.

11 de Fevereiro de 2009. — A Directora, *Anabela Miranda Rodrigues*.

#### Despacho n.º 7872/2009

Considerando a publicação da Lei n.º 2/2008, de 14 de Janeiro, diploma que regula o ingresso nas magistraturas, a formação de magistrados e a natureza, estrutura e funcionamento do Centro de Estudos Judiciários;

Considerando os Estatutos do Centro de Estudos Judiciários, aprovados pela Portaria n.º 965/2008, de 29 de Agosto, que estabelecem a sua organização interna, e a consequente necessidade de preenchimento do cargo de director do Departamento de Apoio Geral;

Considerando que os cargos de direcção intermédia de 1.º grau são recrutados por procedimento concursal, nos termos do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, e com alteração introduzida pelo artigo 29.º da Lei n.º 64 -A/2008, de 31 de Dezembro;

Considerando que, concluído o procedimento concursal, o júri elaborou, nos termos do disposto no n.º 5 do artigo 21.º do mesmo diploma legal, a proposta de nomeação, tendo a sua escolha recaído na candidata Maria Eufémia Gomes Marques da Fonseca;

Considerando o perfil, a competência técnica e a aptidão da técnica superior, licenciada Maria Eufémia Gomes Marques da Fonseca e que a esta possui os requisitos legais exigidos no n.º 1 do artigo 20.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, e com alteração introduzida pelo artigo 29.º da Lei n.º 64-A/2008, de 31 de Dezembro, para o provimento do cargo, conforme decorre da síntese curricular anexa ao presente despacho;

Nos termos e ao abrigo do disposto nos n.ºs 2 do artigo 5.º dos Estatutos do Centro de Estudos Judiciários, aprovados pela Portaria n.º 965/2008, de 29 de Agosto, e nos n.ºs 8 e 9 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, e com a alteração introduzida pelo artigo 29.º da Lei n.º 64-A/2008, de 31 de Dezembro:

Nomeio a licenciada Maria Eufémia Gomes Marques da Fonseca, técnica superior, para exercer em regime de comissão de serviço, pelo período de três anos, renovável por iguais períodos de tempo, o cargo de director do Departamento de Apoio Geral (de direcção intermédia de 1.º grau).

A presente nomeação produz efeitos à data do presente despacho.

6 de Março de 2009. — A Directora, *Anabela Miranda Rodrigues*.

#### ANEXO

#### Síntese curricular

Maria Eufémia Gomes Marques da Fonseca, nascida a 26 de Setembro de 1955, na freguesia de Caria, concelho de Moimenta da Beira, tendo obtido o grau de bacharel em Filologia Românica pela Universidade de Lisboa em 31 de Julho de 1979 e o grau de licenciada em Filologia Românica pela Universidade de Lisboa em 31 de Julho de 1980.

Em 16 de Setembro de 2008 foi nomeada Directora de Serviços do Departamento de Apoio Geral (DAG), em regime de substituição, por Despacho da Directora do Centro de Estudos Judiciários.

Em 27 de Novembro de 2006 foi nomeada, em Comissão de Serviço, Secretária do Centro de Estudos Judiciários.

De Outubro de 2004 a 26 de Novembro de 2006, Assessora Principal na Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa.

Em 19 de Setembro de 2002 foi designada, por despacho do Presidente do Conselho Directivo da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, Coordenadora do Gabinete de Ensino Pós -Graduado, lugar equiparado a uma Divisão, que ocupou até Setembro de 2004, data em que este Gabinete foi extinto.

De 15 Janeiro de 2001 a 19 de Setembro de 2002, Assessora Principal na Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa.

Em 7 de Novembro de 1999 foi nomeada, em regime de substituição, Chefe de Divisão no Instituto Nacional de Engenharia e Tecnologia Industrial, cargo que exerceu até 14 de Janeiro de 2001, data em que pediu a cessação da nomeação.

De 16 de Junho de 1997 a 6 de Novembro de 1999, exerceu funções de Assessoria junto dos Conselhos Directivo e Científico da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa.

Em 16 de Junho de 1995 iniciou funções, em regime de requisição, no Instituto de Reinserção Social que cessou, a seu pedido, em 15 de Junho de 1997.

Nomeada Assessora Principal, com efeitos a 11 de Fevereiro de 1995, lugar criado pela Portaria n.º 790/99, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 182 de 6 de Agosto de 1999.

Em 11 de Fevereiro de 1992 foi nomeada, em comissão de serviço, Chefe de Divisão dos Serviços Académicos da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa.

Em 31/12/90 foi transferida para o quadro de pessoal não docente da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa.

Em 1 de Fevereiro de 1983 foi nomeada Técnica Superior de 2.ª classe da carreira Técnica Superior do quadro de pessoal do Centro Nacional de Pensões.

De 1 de Março de 1974 a 31 de Janeiro de 1983, desenvolveu a sua actividade na Caixa de Previdência e Abono de Família da Indústria do Distrito de Lisboa.

#### Despacho n.º 7873/2009

Considerando a publicação da Lei n.º 2/2008, de 14 de Janeiro, diploma que regula o ingresso nas magistraturas, a formação de magistrados e a natureza, estrutura e funcionamento do Centro de Estudos Judiciários;

Considerando os Estatutos do Centro de Estudos Judiciários, aprovados pela Portaria n.º 965/2008, de 29 de Agosto, que estabelecem a sua organização interna, e a consequente necessidade de preenchimento do cargo de chefe do Centro de Documentação (cargo de direcção intermédia de 2.º grau);

Considerando que os cargos de direcção intermédia de 2.º grau são recrutados por procedimento concursal, nos termos do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, e com alteração introduzida pelo artigo 29.º da Lei n.º 64 -A/2008, de 31 de Dezembro;

Considerando que, concluído o procedimento concursal, o júri elaborou, nos termos do disposto no n.º 5 do artigo 21.º do mesmo diploma legal, a proposta de nomeação, tendo a sua escolha recaído na candidata Paula Cristina Carvalho Tomás;

Considerando o perfil, a competência técnica e a aptidão da técnica superior, mestre Paula Cristina Carvalho Tomás, e que esta possui os requisitos legais exigidos no n.º 1 do artigo 20.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, e com alteração introduzida pelo artigo 29.º da Lei n.º 64 -A/2008, de 31 de Dezembro, para o provimento do cargo, conforme decorre da síntese curricular anexa ao presente despacho;

Nos termos e ao abrigo do disposto nos n.ºs 2 e 3 do artigo 3.º dos Estatutos do Centro de Estudos Judiciários, aprovados pela Portaria n.º 965/2008, de 29 de Agosto, e nos n.ºs 8 e 9 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, e com alteração introduzida pelo artigo 29.º da Lei n.º 64 -A/2008, de 31 de Dezembro:

Nomeio a mestre Paula Cristina Carvalho Tomás, técnica superior, para exercer em regime de comissão de serviço, pelo período de três anos, renovável por iguais períodos de tempo, o cargo de chefe do Centro de Documentação do Centro de Estudos Judiciários (de direcção intermédia de 2.º grau).

A presente nomeação produz efeitos em 16 de Março de 2009.

10 de Março de 2009. — A Directora, *Anabela Miranda Rodrigues*.

#### ANEXO

##### Síntese curricular

###### I) Identificação:

Nome: Paula Cristina Carvalho Tomás

Data de nascimento: 9 de Julho de 1971

Filiação: Vítor Manuel Henriques Tomás e Julieta Carolina Carvalho Tomás

Estado civil: Solteira

###### II) Habilitações académicas:

Licenciatura em História, pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, com a média final de 14 (catorze) valores, concluída em 1994.

Ramo de Formação Educacional em História, pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, com a média final de 14 (catorze) valores, concluído em 1996.

Curso de Especialização em Ciências Documentais, variante Biblioteca e Documentação, na Universidade Autónoma de Lisboa “Luís de Camões”, com a média final de 16 (dezasseis) valores, concluído em 1998.

Realização de estágio, obrigatório para a conclusão do curso de Especialização, nos Serviços de Documentação e Informação da Secretaria-Geral do Ministério das Finanças, no período compreendido entre 16 de Março e 30 de Abril de 1998.

Mestrado em Ciências Documentais, pela Universidade Autónoma de Lisboa “Luís de Camões” — Departamento de Ciências Documentais, com a defesa da tese intitulada “A Imagem Política dos Arquivos e das Bibliotecas nos Debates Parlamentares e na Legislação (1820-1974)”, com a classificação de Muito Bom.

###### III) Experiência profissional:

Exercício das funções de docente de História.

Exercício das funções de Técnica Profissional de Biblioteca e Documentação de 1.ª Classe, na Biblioteca Municipal da Tapada das Mercês, desde Maio de 1998, substituindo a coordenadora nas suas ausências. Desenvolvia ainda actividades de animação, dinamização e difusão do livro e da leitura junto do público infanto-juvenil do concelho de Sintra, no âmbito do serviço de Educação e Animação da BMTM.

Exercício das funções de Técnica Superior de Biblioteca e Documentação de 2.ª classe, na Biblioteca Municipal da Tapada das Mercês, desde Abril de 2000, onde, para além das funções inerentes à categoria assumiu o cargo de coordenadora do serviço interno.

Exercício das funções de Técnica Superior de Biblioteca e Documentação de 2.ª Classe, na Biblioteca/Centro de Documentação da Inspeção-Geral da Administração Interna, desde 1 de Junho de 2001. Realço a organização da Biblioteca/Centro de Documentação e a colaboração na elaboração do anteprojecto de regulamento arquivístico da IGAI.

Exercício das funções de Técnica Superior de Biblioteca e Documentação de 1.ª Classe, na Biblioteca/Centro de Documentação da Inspeção-Geral da Administração Interna, desde 14 de Agosto de 2003.

Louvor n.º 50/2004, de 6 de Fevereiro, dado pelo Inspector-Geral da Administração Interna (*Diário da República*, n.º 44, 2.ª série, de 21 de Fevereiro de 2004).

Exercício das funções de Técnica Superior Principal, da área de Biblioteca e Documentação, na Biblioteca/Centro de Documentação da Inspeção-Geral da Administração Interna, desde 9 de Novembro de 2006.

Participação na elaboração de um manual de formação para “Ouvidores de Polícia”, no âmbito do Projecto “Suporte Institucional à Secretaria de Estado dos Direitos Humanos do Brasil”

Interlocutora da IGAI no grupo de trabalho para a elaboração do Plano de Classificação do MAI, áreas fim, e do Plano de Classificação referente às áreas meio Elaboração do Manual de Arquivo da Inspeção-Geral da Administração Interna.

#### Despacho n.º 7874/2009

Considerando a publicação da Lei n.º 2/2008, de 14 de Janeiro, diploma que regula o ingresso nas magistraturas, a formação de magistrados e a natureza, estrutura e funcionamento do Centro de Estudos Judiciários;

Considerando os Estatutos do Centro de Estudos Judiciários, aprovados pela Portaria n.º 965/2008, de 29 de Agosto, que estabelecem a sua organização interna, e a consequente necessidade de preenchimento do cargo de chefe da Divisão de Informática e Multimédia (cargo de direcção intermédia de 2.º grau), unidade flexível criada ao abrigo do disposto na alínea a) do n.º 3 do artigo 5.º dos referidos Estatutos;

Considerando que os cargos de direcção intermédia de 2.º grau são recrutados por procedimento concursal, nos termos do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, e com alteração introduzida pelo artigo 29.º da Lei n.º 64 -A/2008, de 31 de Dezembro;

Considerando que, concluído o procedimento concursal, o júri elaborou, nos termos do disposto no n.º 5 do artigo 21.º do mesmo diploma legal, a proposta de nomeação, tendo a sua escolha recaído no candidato Licínio Gabriel dos Santos Furtado Pereira;

Considerando o perfil, a competência técnica e a aptidão do técnico superior, mestre Licínio Gabriel dos Santos Furtado Pereira, e que este possui os requisitos legais exigidos no n.º 1 do artigo 20.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, e com alteração introduzida pelo artigo 29.º da Lei n.º 64 -A/2008, de 31 de Dezembro, para o provimento do cargo, conforme decorre da síntese curricular anexa ao presente despacho;

Nos termos e ao abrigo do disposto na alínea a) do n.º 3 do artigo 5.º dos Estatutos do Centro de Estudos Judiciários, aprovados pela Portaria n.º 965/2008, de 29 de Agosto, e nos n.ºs 8 e 9 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, e com alteração introduzida pelo artigo 29.º da Lei n.º 64 -A/2008, de 31 de Dezembro:

Nomeio o mestre Licínio Gabriel dos Santos Furtado Pereira, técnico superior, para exercer em regime de comissão de serviço, pelo período de três anos, renovável por iguais períodos de tempo, o cargo de chefe da Divisão de Informática e Multimédia do Centro de Estudos Judiciários (de direcção intermédia de 2.º grau).

O presente despacho produz efeitos em 16 de Março de 2009.

10 de Março de 2009. — A Directora, *Anabela Miranda Rodrigues*.

#### ANEXO

##### Síntese curricular

###### I — Identificação

Nome: Licínio Gabriel dos Santos Furtado Pereira

Estado Civil: Solteiro

Filiação: Franclim Rodrigues Pereira Furtado e Marlene Vieira dos Santos Sanches

Nacionalidade: Portuguesa

Data de Nascimento: 24 de Abril de 1969

###### II — Formação Académica

De 2002 a 2006

Mestrado em Informática pela Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa

De 2000 a 2002

Pós-Graduação em Organização de Sistemas Computacionais pela Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa